

6.5 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, em que serão ponderados, com uma classificação de 0 a 20 valores, os seguintes factores:

- a) Sentido de responsabilidade;
- b) Capacidade de compreensão e fluência verbais;
- c) Capacidade de relacionamento;
- d) Motivação profissional.

6.6 — A classificação final dos candidatos é expressa numa escala de 0 a 20 valores e resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos utilizados, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PE + EPS}{2}$$

em que:

- CF* = classificação final;
PE = prova escrita;
EPS = entrevista profissional de selecção.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, redigido em folha de papel normalizado, branco ou de cor pálida, de formato A4 ou contínuo, dirigido ao inspector-geral de Jogos e entregue pessoalmente na Secção de Pessoal e Expediente, sita na Rua de D. Luís I, 5, 2.º, 1200-149 Lisboa, acompanhado de duplicado ou fotocópia, que servirá de recibo, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo de candidatura.

7.2 — Nos requerimentos de admissão devem constar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento e naturalidade;
- c) Estado civil;
- d) Bilhete de identidade (número, data e serviço de identificação que o emitiu);
- e) Residência (morada completa, com código postal e telefone);
- f) Habilitações literárias exigidas por lei;
- g) Menção expressa do vínculo à função pública e natureza do mesmo, com referência à categoria e organismo a que pertence.

7.3 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

7.3.1 — Currículo detalhado e assinado, do qual conste a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, referenciando o período de tempo em que exerceu essas funções e menção dos cursos de formação que possui;

7.3.2 — Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a categoria actual e o índice de vencimento;

7.3.3 — Certidão das habilitações literárias ou fotocópia autenticada da mesma.

8 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o candidato é excluído do concurso se não entregar juntamente com o requerimento os documentos solicitados.

9 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas, para consulta, nas instalações da Inspeção-Geral de Jogos, na Rua de D. Luís I, 5, 2.º, em Lisboa.

10 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na sede da Inspeção-Geral de Jogos, na Rua de D. Luís I, 5, 2.º, em Lisboa, ou nas instalações de São João da Talha.

11 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é o inerente à respectiva categoria de ingresso e será determinado de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração pública central.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Arlete da Conceição Silveira, chefe de repartição.
 Vogais efectivos:

Maria Teresa de Lima Pinto Nunes, chefe de secção.
 Rosa Maria Rocha de Sousa Meneses, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Francisco José Brito Quintino, assistente administrativo especialista.
 Ana Clara Rosário Dolbeth e Costa, assistente administrativa especialista.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

4 de Fevereiro de 2005. — O Inspector-Geral, *Joaquim Caldeira*.

Instituto de Turismo de Portugal, I. P.

Rectificação n.º 304/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 3188/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 14 de Fevereiro de 2005, rectificando-se que onde se lê «assistentes administrativos principais» deve ler-se «assistentes administrativos especialistas».

14 de Fevereiro de 2005. — A Directora-Adjunta do Departamento Administrativo e Financeiro, *Alda Ferreira*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais

Gabinete do Secretário Regional

Listagem n.º 1/2005/M. — *Listagem das adjudicações de obras públicas efectuadas durante o ano de 2004 pela Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março):*

- Denominação — empreitada de construção do Parque Agrícola do Caniçal — sistema de armazenamento, filtragem e distribuição de água de rega. Valor da adjudicação — € 378 095,49. Tipo de procedimento — ajuste directo. Entidade adjudicatária — SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª
- Denominação — beneficiação florestal do montado do Pereiro. Valor da adjudicação — € 344 723,50. Tipo de procedimento — concurso público. Entidade adjudicatária — CONSTROPLANTE — Construções, Plantações e Arborizações, L.ª
- Denominação — construção do sistema de destino final de águas residuais do concelho da Ponta do Sol. Valor da adjudicação — € 4 584 848,59. Tipo de procedimento — concurso público. Entidades adjudicatárias — consórcio SOCOPUL — Sociedade de Construções e Obras, S. A., SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª, e Avelino Farinha e Agrela, L.ª
- Denominação — regularização da área de vazadouro de materiais junto do porto das Salemas, Porto Santo. Valor da adjudicação — € 575 937,50. Tipo de procedimento — concurso público. Entidade adjudicatária — Lena — Engenharia e Construções, S. A.
- Denominação — empreitada de execução das instalações frigoríficas do entreposto frigorífico do Caniçal. Valor da adjudicação — € 749 950. Tipo de procedimento — concurso público. Entidade adjudicatária — SELFRIO — Engenharia do Frio, S. A.
- Denominação — empreitada de construção do sistema de destino final de águas residuais de São Vicente. Valor da adjudicação — € 2 454 930. Tipo de procedimento — concurso público. Entidades adjudicatárias — consórcio SOCOPUL — Sociedade de Construções e Obras, S. A., Avelino Farinha e Agrela, L.ª, e SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª
- Denominação — empreitada de construção do sistema de destino final de águas residuais da freguesia do Porto da Cruz. Valor da adjudicação — € 2 580 673,16. Tipo de procedimento — concurso público. Entidades adjudicatárias — consórcio ZAGOPE — Construções e Engenharia, S. A., e SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª
- Denominação — empreitada de construção do sistema de destino final de águas residuais da freguesia do Seixal. Valor da adjudicação — € 2 525 000. Tipo de procedimento — concurso público. Entidades adjudicatárias — consórcio SOMAGUE — Engenharia Madeira, S. A., SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª, e ZAGOPE — Construções e Engenharia, S. A.
- Denominação — empreitada de construção do sistema de destino final de águas residuais da freguesia do Gaula. Valor da adjudicação — € 3 873 719,81. Tipo de procedimento — concurso público. Entidades adjudicatárias — consórcio SOMAGUE — Engenharia Madeira, S. A., SITEL — Sociedade Instaladora de Tubagens e Equipamentos, L.ª, e ZAGOPE — Construções e Engenharia, S. A.
- Denominação — construção e aquisição de bens do mercado e Casa do Povo de Gaula. Valor da adjudicação — € 1 219 928,15. Tipo